

acrescentar às notas biográficas de Lichtenstein um detalhe. O jovem médico alemão, ao iniciar a sua carreira de cientista, viajou pela África, procedendo, entre outros, a estudos e pesquisas comparativas das línguas e religiões dos nativos, que decênios depois, foram aproveitados por especialistas portugueses e brasileiros, revelando-se de valor para o estudo do elemento africano no Brasil. O texto alemão original, que serviu de base à tradução devida ao Dr. Olivério Pinto, acha-se igualmente reproduzida na íntegra, no segundo volume da série **Brasiliensia Documenta**, em fiel e esplêndida composição facsimilar, que tem um alcance excepcional e um valor único devido à circunstância de não possuir atualmente nenhuma bibliografia ou instituição científica todos os fascículos correspondentes aos comentários de Lichtenstein, reunindo ainda a presente edição, pela primeira vez, o original alemão em forma de livro.

Luís da Câmara Cascudo, em publicação recente, de 1956, que traz o título **Geografia do Brasil Holandês**, tece os seguintes comentários em relação à obra de Markgraf. “A admirável ‘Historia naturalis Brasiliae’ de Marcgrave e Piso foi expressão suprema. Entre os portugueses não apareceu um Georg Marcgrave, alemão de Liebstadt, desenhista, viajante, geógrafo, historiador, naturalista, astrônomo”. “O excepcional Marcgrave ficou cento e cinquenta anos esperando pela revalorização que lhe daria o professor Lichtenstein”. “Os desenhos e a carta de Marcgrave são orgulhos legítimos da cartografia seiscentista. Não há melhor nem se consegue sonhar uma vitória sobre esse trabalho nítido e maravilhoso de cuidado e de amorosa minúcia localista”. E o conceito do Barão do Rio Branco, citado por Câmara Cascudo, referente à obra cartográfica de Markgraf é extensível também aos seus desenhos zoológicos e botânicos: “Triste é dizê-lo: ainda hoje, quem quer estudar a zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgrave valiosas indicações geográficas, que debalde procuraria nas cartas brasileiras, mesmo nas mais recentes, todas levantadas em escala muito menor”.

HELMUT ANDRÁ

* * *

HOLANDA (Sérgio Buarque de). (sob a direção) — **História Geral da Civilização Brasileira**. 2.º volume do I tomo. “A época colonial”. **Administração, Economia, Sociedade**. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1960.

Com o lançamento do volumoso segundo tomo desta obra, ratificamos e excedemos mesmo a magnífica impressão que nos ficara da leitura do primeiro (1).

Não se tratando, como realmente não podia tratar-se de um trabalho de erudição, pois o seu objeto é um grande e heterogêneo pú-

(1). — Sobre o I volume desta obra, vide a nossa resenha na *Revista de História*, n.º 45, pp. 269-273.

blico, sendo, portanto, mais do seu intento obedecer um critério que pretende o informe e a atualização histórica em uma **visão de conjunto**, esta História Geral da Civilização Brasileira reclamou, todavia, dos seus colaboradores, moderada erudição histórica que, tolhida de comparecer ao longo do texto ou nas anotações de rodapé, aparece com discrição na **Orientação Bibliográfica**, colocada no seu remate, e que nos diz bem do acervo de que se valeram ou que foi responsável, em boa parte, pela laboração deste primeiro conjunto de estudos sobre o período colonial.

Antes de comentarmos, ligeiramente embora, o conteúdo deste segundo volume, convém ainda lembrar outro aspecto que contribui para que esta obra ofereça ao seu leitor o proveito que dela êle espera.

Talvez um pouco forçados pela limitação de espaço que a obra impôs, e que aliás foi além do previsto, alguns autores procuraram não poucas vezes condensar em frases, o que, com boa vontade, comportaria parágrafos. Ainda que não se possa colocar esta observação no apuro de definições estilísticas, a verdade é que seria fácil encontrarmos, nesse sentido, uma certa unidade no escrever entre os capítulos dos diferentes autores, facilitando as parecenças de redação que chegam a não permitir ao leitor notar quando passa de um autor para outro.

Neste volume ainda mais se evidencia a contribuição dos especialistas, em capítulos como os da medicina colonial, da música barroca, das artes plásticas, etc., onde a especificação do assunto exige não apenas a comunicação e compreensão, mas os recursos da terminologia, das implicações metodológicas, nas expressões exatas para a definição dos fatos, além da confinidade da **problemática** do campo científico ou artístico.

Estudando a Igreja Católica, o autor do capítulo correspondente que, aliás, reporta-se com bastante felicidade às causas impalpáveis do conflito entre o bispo Sardinha e os inacianos, não obstante ter destacado a colaboração administrativa entre o poder espiritual e o temporal, poderia, a nosso ver, dar maior ênfase, nesse sentido, à freqüente comparação dos prelados na constituição das juntas governativas na Bahia, por exemplo, o que nos mostra, de maneira expressiva, o grau de relações entre essas autoridades.

Atendendo o governo em inópinas interrupções de mandatos, por variados motivos, os religiosos dão um subsídio político que, por menos importante que por ventura tivesse sido, representa, contudo, uma constante significativa.

Aliás, é de um Professor Régio e arguto cronista a observação de que, certa feita, foi encontrado no Colégio da Companhia um alvará de D. Pedro II, consoante o qual a **sucessão do governo seria respondida pelo Arcebispo** (o grifo é nosso), pelo Chanceler da Relação e pelo Mestre de Campo mais antigo (2). Recomendação essa que se praticou invariavelmente.

(2). — Luís dos Santos Vilhena, **Cartas de Vilhena. Notícias Soteropolitanas e Brasília**, anotadas pelo prof. Braz do Amaral. Imprensa Oficial do Estado. Bahia, 1922.

Desta arte, D. José Botelho de Matos (1741 a 1760), substituindo o Governador, Conde de Atouguia, Dom Frei José de Santa Escolástica, substituindo o Conde da Ponte, não representam casos isolados de Arcebispos que, interinamente, chegaram a responder pelo governo.

Na prelatura da Bahia, enquanto diocese os bispos, e quando arquidiocese, os arcebispos, fizeram parte de **Juntas Governativas**, principalmente por motivo de morte do governador, antes de terminado o seu mandato.

Assim, como governadores interinos ou fazendo parte das Juntas Governativas provisórias (triumviratos), serviram prelados como o bispo D. Antônio Barreiros (10-8-1587 a 24-10-1591), bispo D. Marcos Teixeira, bispo D. Pedro da Silva Sam Payo (terceiro governador interino), arcebispo D. Frei Manuel da Ressurreição (24-10-1688 a 8-10-1690), arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (14-10-1719 a 23-11-1720), arcebispo D. Frei Manuel de Santa Inês (1761 a 23-3-1766), o qual voltaria a governar de 11-11-1767 a 19-4-1768, arcebispo D. Joaquim Borges de Figueiredo (1774 (?)) e arcebispo D. Frei Antônio Correa (1-8-1783 a 6-1-1784), para terminarmos esta enumeração mais que fastidiosa para o paciente leitor, mas comprobatória de nossa assertiva.

Compreende-se essa estreita colaboração das autoridades religiosas pela posição dos dignitários na sociedade colonial, como portadores de nível cultural dos mais elevados para o meio, além do lastro de experiência que ofereciam na direção do munus eclesiástico que, diga-se de passagem, não era pouco afanoso.

Serviam, portanto, de conselheiros políticos e elementos de conciliação nos conflitos, além da grande autoridade moral e coercitiva que exerciam sobre as almas, o que equivale a dizer, sobre a quase totalidade dos habitantes, entre indígenas e ádvenas.

E' bem verdade que tais relações não ocorreram no mesmo clima de simpatia em preladias como a do Rio de Janeiro, onde os conflitos entre os interesses temporais (mercantis) e espirituais (cristianização e proteção aos índios), aliás bem estudados pelo mesmo autor, que nos lembra como pontos altos dessas contendas, incessantes envenenamentos de inúmeros prelados, além das perseguições e injustiças que vitimavam os antístetes, foram impressionantes.

Pelo resto do Brasil as contensões de jurisdição entre as autoridades criaram dissabores não pequenos entre ambos os poderes, representados pelos bispos e governadores. Mesmo na Bahia essas relações não se constituíram em mar de rosas, se bem que foi admitida, como vimos, um estimável trabalho em comum da religião nos negócios do Estado, através da gestão do patrimônio da capitania.

O capítulo sobre a **Educação e seus Métodos** compreende preciosos elementos para a mal estudada História da Educação no Brasil, assim como o autor que versou a **Política e Administração de 1640 a 1763** realizou discreta e excelente síntese dos acontecimentos desse período.

As notáveis qualidades de analista e crítico do prof. Antônio Cândido de Melo e Souza são confirmadas no penetrante capítulo sobre as **Letras e Idéias no Brasil Colonial**.

Estudando os elementos brasileiros da transculturação portuguesa, reativa ou amoldável à realidade **cultural** americana, no seu todo animal, humano e telúrico, êsse autor descreve a transfiguração barroca, a Ilustração e outros aspectos do espírito artístico e literário do período colonial.

Tem assim oportunidade de definir, com maestria, o **processo** da nossa história literária nos seus primórdios, sabendo encontrar beleza, onde tudo se nos afigura não sávido, além de ver e comparar efeitos que no geral são desapercibidos. Em admirável conexão explicativa do movimento literário em face da revolução histórica, soube integrá-los numa mútua explicação.

No capítulo sobre as **Artes Plásticas** há alguns conceitos expendidos pelo autor que, provavelmente, não se colocarão ao alcance do leitor comum. Salvo uma impressão que pode ser falha de nossa parte, o autor por uma atitude de intrasigência em aceitar concessões ou mesmo pela colocação dos problemas estudados em termos um pouco altos para o público estudioso no geral, ofereceu-nos ensejo para esta observação.

A comunicação do prof. Curt Lang sobre a música barroca dá-nos tanto dos notáveis resultados de suas pesquisas nos arquivos coloniais de Minas Gerais, entusiasmando-nos com o que lhe foi possível concluir até agora.

Compreendemos o seu sálido e desinteressado entusiasmo nas revelações sem conta que nos oferece após aturadas pesquisas e estudos. Estamos com êle diante da magnitude dos resultados a que está chegando, desculpando, nesse sentido, as freqüentes notícias sobre as suas próprias pesquisas que nos dá dentro do texto histórico.

Ao falar das devastações das reservas florestais, nos séculos XVI e XVII, pelos engenhos de açúcar, pelas culturas de fumo, algodão ou cacau, o autor do trabalho sobre **A Grande Propriedade Rural** podia ter associado a essa enumeração a indústria extrativa de madeira, consumida cada vez em maiores proporções, no período estudado, nas **ribeiras das naus**, na indústria de construção civil, oficial e particular, nas exportações para o Reino, influindo ainda, poderosamente, no sistema de transportes, na rede de comunicações, na concentração da mão de obra, em núcleos comerciais, etc., chegando em Lisboa a mudar o estilo das edificações, como nos lembra outro colaborador desta mesma obra, à página 240 do segundo volume.

Também o comércio exportador de tabaco e outros produtos não se fez somente para a Europa e África, mas, também, em razoável escala para o Oriente, sobre o que o mesmo autor poderia dizer mais uma palavra.

E' evidente que as nossas observações não desdouram em nada a copiosa messe informativa que repousa na bem redigida colaboração do referido historiador.

Ao tratar da mineração, o historiador que redigiu o capítulo competente, colocou em dúvida as técnicas de mineração, ainda que primitivas, as quais por ventura deveriam possuir os negros escravos para aqui trazidos, contrariando, nesse sentido, alguns autores, sem que contudo a sua justa observação diminua a contribuição escrava para a mineração, tão exaltada por escritores como Casiano Ricardo, por exemplo.

E' o mesmo capítulo um excelente repositório de subsídios para o estudo da economia e da sociedade da mineração, nos seus diferentes centros de exploração. Assim, a lavoura de subsistência e exportação, além de outros curiosos aspectos da vida social dos mineiros, são estudados pelo autor.

Amplitude maior de estudo poderia, nesse sentido e alhures, ser dada à mineração em Mato Grosso e Goiás, ainda que nestas capitâneas não lograsse as repercussões sociais e econômicas e culturais de Minas Gerais.

Prestando magnífica contribuição especializada ao historiador, o autor do capítulo sobre **A Política Financeira** defende com argumentos de ordem econômica a orientação tributária da Corôa e o seu próprio aparato faustoso, provando o discutível interesse do Estado em receber os impostos *in natura*. Também as formas de arrecadação, sob orientação teórica mercantilista, as funções da moeda, etc., são objeto de percuciente estudo do mesmo especialista.

Enfim, podemos reputar satisfatório o esquema dêste estudo da História de uma "civilização" brasileira, pois cumpre o mesmo as conhecidas lições de Guilherme Bauer ao assumir o sentido inteligente de um conjunto ordenado que se explique, ou que pelo menos indique os caminhos que outros esquemas poderão aclarar na compreensão de nossa **realidade histórica**.

Não se pretendeu, é evidente, **fazer a história** dos sucessos técnicos, econômicos, jurídicos, religiosos, etc., o que aliás, também exigiria profundo conhecimento dessas especialidades, mas, sim, uma história da **civilização** que, por seu lado, não dispensa os mesmos conhecimentos, e daí a colaboração de cientistas diversos como ocorreu, não se olvidando então, a localização dos problemas no **tempo**, fator aqui importante e inerente à essência da obra.

As sugestões que a leitura desta obra prova são muitas para caberem numa recensão modesta como a que ora oferecemos. Aos especialistas caberá a palavra mais ajuizada sobre cada capítulo, bem como ao historiador bem informado a crítica do conjunto, uma vez terminada a obra.

Para completarmos estas impressões iniciais que nos ficaram da primeira leitura, resta ainda, mencionarmos o bom gosto da apresentação gráfica, completada pelas ilustrações bem selecionadas e pela maioria dos próprios textos em si, que são de agradável leitura, principalmente por terem sido **bem escritos**, o que não é muito

comum entre os nossos historiadores de duvidoso gôsto literário, alcançando na maioria dêstes capítulos, admirável equilíbrio, o que se realça entre autores tão diversos.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

* * *

WORCESTER (Donald E.) e SCHAEFFER (Wendell G.). — **The Growth and Culture of Latin America**, New York, Oxford University Press, 1956.

Não é de hoje o interêsse dos historiadores dos Estados Unidos pelos "latinos" instalados à sua porta, ao sul do Rio Grande. A vizinhança acarretava contactos que despertariam, naturalmente, o desejo de conhecer melhor e através de sua história, êsses povos inquietos que as vicissitudes históricas colocaram nas cercanias. A curiosidade pelo exótico, as relações comerciais, razões de segurança, foram fatores apreciáveis a nortear êsses estudos. Se na época da historiografia romântica o exotismo, e particularmente o sentido dramático da conquista espanhola atraíram os historiadores americanos, em especial Prescottt, recentemente, principalmente a partir da 2a. Guerra Mundial, as razões de segurança parecem orientar as investigações a respeito da América Latina, tomando-se a palavra segurança no seu sentido mais amplo de defesa de um contexto cultural, de um conjunto de valores. Procura-se, no estudo do passado, discernir os rumos que tomarão, no futuro, as repúblicas Latino-Americanas e verificar até que ponto poderão os Estados Unidos contar com elas em sua política, seja no hemisfério, seja na cena mundial.

Em sua tarefa, os historiadores americanos, honrando a classe, têm, em geral, demonstrado, dentro de sua objetividade, bastante compreensão e simpatia, procurando superar certos preconceitos relativos a seus turbulentos vizinhos. Alguns, como Diffie e Schurz, para citar apenas dois, não escondem mesmo seu fascínio pela "Civilização Latino-Americana".

Paralelamente às História Gerais, às monografias, aos estudos interpretativos, tem surgido inúmeros compêndios para uso de estudantes. Entre os recém-publicados é digno de destaque o manual organizado por Worcester e Schaeffer, sob o título de **Growth and Culture of Latin America**, nos períodos colonial e independente, até nossos dias. Ao procurar uma solução para a dificuldade de apresentar em um só volume mais de quatro séculos e meio de história, os autores decidiram concentrar seus esforços em mostrar antes as forças fundamentais que presidiram à evolução histórica do que se preocupar com pormenores a respeito dos fatos. O que, entretanto, não os impediu de apresentar os fatos essenciais à compreensão dessa evolução.